



**GLOBAL  
INITIATIVE**  
AGAINST TRANSNATIONAL  
ORGANIZED CRIME

# MEDIAÇÃO E COERÇÃO

MILÍCIAS E GOVERNANÇA  
URBANA NO RIO DE JANEIRO

Nicholas Pope | Antônio Sampaio

JANEIRO DE 2024

## AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer às pessoas que concordaram em ser entrevistadas para seus respectivos projetos de pesquisa sobre esse assunto ao longo dos anos.

## SOBRE O AUTORS

**Nicholas Pope** é pesquisador do Departamento de Estudos de Guerra do King's College London. Sua pesquisa se concentra nas dinâmicas de violência e conflito em processos de desenvolvimento, com atenção especial ao estudo de grupos armados.

**Antônio Sampaio** é líder temático para cidades e economias ilícitas na Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GI-TOC). Ele examina os desafios impostos pela violência armada urbana e por grupos armados à governança e à segurança. Antes de ingressar no GI-TOC, trabalhou no Instituto Internacional para Estudos Estratégicos, mais recentemente como pesquisador, e como jornalista da Globo News no Brasil.

© 2024 Global Initiative Against Transnational Organized Crime.  
Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio sem a permissão por escrito da GI-TOC.

Foto da capa: Vista aérea do Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro.  
© Yasuyoshi Chiba/AFP via Getty Images

Favor encaminhar as perguntas para:  
The Global Initiative Against Transnational Organized Crime  
Avenue de France 23  
Genebra, CH-1202  
Suíça  
[www.globalinitiative.net](http://www.globalinitiative.net)

# CONTENTS

<b>Resumo executivo</b> .....	<b>2</b>
Gerenciamento de milícias na expansão urbana .....	3
Teias político-criminais e clientelismo urbano .....	4
<b>Violência e ordem social: Origens e surgimento das milícias</b> .....	<b>6</b>
<b>Poder da milícia subjacente: Controle de terras urbanas e imóveis</b> .....	<b>11</b>
Uma visão de dentro de uma comunidade de milicianos .....	12
Urbanização às custas do meio ambiente .....	14
<b>Campo Grande</b> .....	<b>15</b>
Identidades regionais em Campo Grande: Negligência e a busca por autonomia.....	16
Moradia, populações locais e milícias .....	16
Poder, consolidação e influência .....	18
Conflitos entre o Estado, as milícias e os moradores.....	19
<b>Conclusão: Milícias, desenvolvimento urbano e implicações políticas</b> .....	<b>21</b>
Seguir em frente implica em um acerto de contas com o passado.....	22
Piloto de uma força-tarefa de governança em vários níveis .....	23
<b>Notas</b> .....	<b>24</b>



## DA VISÃO À AÇÃO: UMA DÉCADA DE ANÁLISE, INTERRUPTÃO E RESILIÊNCIA

A Global Initiative Against Transnational Organized Crime foi fundada em 2013. Sua visão era mobilizar uma abordagem estratégica global para combater o crime organizado, fortalecendo o compromisso político para enfrentar o desafio, construindo a base de evidências analíticas sobre o crime organizado, interrompendo as economias criminosas e desenvolvendo redes de resiliência nas comunidades afetadas. Dez anos depois, a ameaça do crime organizado é maior do que nunca e é fundamental que continuemos a agir, criando uma resposta global coordenada para enfrentar o desafio.



## RESUMO EXECUTIVO

**E**m 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou um dos projetos habitacionais mais ambiciosos da história do Brasil: Minha Casa, Minha Vida. Esse projeto se tornou uma das políticas de desenvolvimento social mais emblemáticas do Partido dos Trabalhadores de Lula e foi relançado em seu retorno à presidência para um terceiro mandato.<sup>1</sup> Com mais de quatro milhões de casas construídas na sua primeira década, o programa tentou enfrentar o déficit habitacional de longa data que contribuiu para a disseminação dos vastos assentamentos informais dentro e ao redor das cidades brasileiras (incluindo as favelas dos morros cariocas) e ofereceu aos políticos oportunidades convenientes de fotografia na mídia com os novos proprietários. Até mesmo o feroz rival político de Lula, o ex-presidente Jair Bolsonaro, deu continuidade à política, embora com severos cortes orçamentários em 2021.<sup>2</sup>

Rapidamente ficou claro que as casas recém-construídas – que alguns brasileiros de baixa renda viram como uma oportunidade de sair de casas estruturalmente inseguras ou de áreas urbanas violentas – não ofereceriam uma trégua contra a invasão de agentes criminosos que operam no lucrativo mercado imobiliário. Os proprietários de casas do programa viviam com medo das organizações criminosas, sendo que muitos enfrentavam a ameaça de violência, armas de fogo e expulsão de suas casas recém-adquiridas.<sup>3</sup>

Um artigo no jornal *Extra* citou 674 relatórios indicando a presença de grupos criminosos organizados em comunidades do Minha Casa, Minha Vida em 19 municípios do Rio de Janeiro (incluindo a capital homônima). Em uma operação policial em maio de 2018, os policiais apreenderam oito armas, incluindo uma submetralhadora de 9 milímetros. Ela foi encontrada em um apartamento de um complexo residencial construído no âmbito do programa do governo em Itaguaí, um município a noroeste do Rio.<sup>4</sup> A operação respondeu à inteligência sobre a localização de um depósito de armas pertencente à milícia local: um grupo armado geralmente composto por vários membros ou ex-membros das forças de segurança locais (especialmente a polícia militar) que operam em vários mercados criminosos.

O envolvimento das milícias no setor fundiário e imobiliário é generalizado na cidade e na região metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo os municípios (menores) vizinhos. De fato, os ganhos das milícias nas últimas décadas podem ser parcialmente explicados pelas oportunidades políticas, sociais e econômicas que um mercado imobiliário em rápida expansão possibilitou. Dos fluxos de renda lícitos e ilícitos que beneficiam os grupos armados, a receita provém predominantemente da monetização de serviços e do comércio de recursos. O controle coercitivo e a governança de *fato* das comunidades urbanas periféricas permitem que as milícias dominem vários mercados, como o de transporte, água, eletricidade, gás de cozinha, microempréstimos, internet, televisão a cabo e segurança.

Esses serviços geralmente são prestados em aliança (ou com a negação plausível) de funcionários do Estado e de órgãos de fiscalização. Isso destaca uma diferença fundamental entre as milícias e as famosas quadrilhas de traficantes do Rio de Janeiro: as milícias geralmente são facilitadas pela sobreposição de interesses e envolvimento com poderosos atores estatais, políticos e empresariais em posições formais e legais,<sup>5</sup> enquanto as quadrilhas de traficantes tendem a operar em relativo isolamento das instituições formais e com um foco mais restrito nos mercados de drogas.



O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, discursa durante cerimônia de entrega de novas moradias do projeto Minha Casa Minha Vida, lançado por ele em 2009.

© Arrison Marinho/AFP via Getty Images

## Gerenciamento de milícias na expansão urbana

As milícias têm se envolvido na construção de novos edifícios e áreas residenciais inteiras em algumas das regiões urbanas mais distantes do centro da cidade do Rio - muitas delas na chamada Zona Oeste. Projetos residenciais ambiciosos, incluindo arranha-céus, tiveram um aumento de cinco vezes entre 2016 e 2020.<sup>6</sup> Alguns estudiosos se referiram a isso como uma “capilarização” de projetos de milícias, representando um “fenômeno sem precedentes” nos centros urbanos brasileiros. Isso se deve à extensa área territorial, à variedade de mercados criminosos envolvidos e à infiltração da milícia na administração pública.<sup>7</sup>

Este relatório examina como a principal função das milícias deriva de sua capacidade de intermediar soluções em resposta aos problemas de ação coletiva criados pela urbanização rápida e descontrolada. As milícias fazem a mediação entre estados, moradores e mercados para lidar com as inadequações de infraestrutura e serviços, que historicamente têm se mostrado graves nas cidades brasileiras.<sup>8</sup> Por meio dessas funções, as milícias acumulam capital social, político e econômico e expandem sua influência. O crescente domínio das milícias – em consonância com a expansão da cidade – também levou ao aumento dos níveis de violência. Até 70% dos feminicídios no Rio de Janeiro ocorrem na Zona Oeste, dominada pelas milícias,<sup>9</sup> com 34,5% dos tiroteios da região metropolitana e 23,85% dos desaparecimentos também ocorrendo nessa região.<sup>10</sup>

Este relatório mostra como o mercado imobiliário e de propriedades mal regulamentado estimula a expansão das milícias no Rio de Janeiro, permitindo que elas explorem oportunidades econômicas e políticas em áreas urbanas carentes de serviços. Traçando a história do envolvimento das milícias em confiscos de terras, construção e mercados imobiliários, o estudo analisa como a governança da expansão urbana permitiu que essas redes se inserissem nas estruturas e instituições sociais políticas e econômicas da cidade. Isso tem afetado outros setores e mercados, como a extração de areia dos rios, bem como a divisão informal de terras para venda a moradores ou incorporadores.



**FIGURA 1** Áreas de controle territorial de grupos armados no Rio de Janeiro e municípios adjacentes, 2022.

FONTES: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF); Fogo Cruzado; Núcleo de Estudos da Violência - Universidade de São Paulo (NEV-USP); Pista News; Disque-Denúncia

## Teias político-criminais e clientelismo urbano

O poder de permanência das milícias no Rio está ligado a um legado antigo de redes de clientes que abrangem elites estatais ou políticas influentes, bem como espaços não estatais ou criminosos que sustentam a política local. Como em muitas comunidades da América Latina e de países em desenvolvimento, muitos dos detentores do poder local do Rio de Janeiro apoiam políticos prometendo votos em troca de favores e pequenas melhorias e investimentos locais, como estradas pavimentadas ou fundos para pagar os funerais dos moradores – o famoso clientelismo.

Para fortalecer sua posição, as milícias se inserem em redes locais da sociedade civil, moradores e políticos, às vezes elegendo membros e líderes proeminentes da milícia para órgãos legislativos por meio dos quais podem ocultar ou proteger melhor as atividades ilícitas.<sup>11</sup> Os crimes contra a terra urbana são particularmente proeminentes. Como um ativista local comenta abaixo, a ocupação de terras protegidas e a construção e venda de projetos residenciais, além de vários serviços relacionados, exigem sólidas conexões com estruturas governamentais e policiais locais.

Essas alianças prosperam com base em benefícios recíprocos, sendo que a influência local das milícias sobre os processos democráticos tem se mostrado uma questão de longa data. Os relatos do “urbanismo miliciano” apresentam essa relação como profundamente predatória, com a abordagem política correspondente descrita como “autoritária” e como “radicalismo distópico”.<sup>12</sup> No entanto, o fenômeno da milícia deve ser contextualizado dentro das práticas estabelecidas de clientelismo urbano, em que a liderança local tradicionalmente faz a mediação entre os moradores de comunidades de baixa renda e o Estado para ajudar a garantir o acesso a serviços básicos.<sup>13</sup>

As formas contemporâneas de governança das milícias evoluíram a partir do clientelismo urbano de atores com acesso a meios de violência. Elas estão inseridas no contexto da presença irregular do Estado<sup>14</sup> e da urbanização desigual guiada pelo lucro. O surgimento de atores armados ligados ao Estado na tradição do clientelismo urbano tem sido descrito como mediação coercitiva: intermediação por atores armados ligados ao Estado que respondem a problemas de ação coletiva em que as soluções formais baseadas no mercado e no Estado são inadequadas.<sup>15</sup>

Essa abordagem é fortemente mediada pela violência. As demonstrações de violência geralmente caracterizam o domínio das milícias, como expulsão de moradores de suas casas e extorsão em troca de fornecimento de segurança.<sup>16</sup> Elas atuam tanto como vigilantes quanto como braços armados da liderança local. As milícias são frequentemente caracterizadas por um comportamento predatório, dada a sua “gestão autoritária” de vastas áreas urbanas em uma das maiores megacidades do mundo, mas elas não são totalmente externas ou anômalas às comunidades que governam.<sup>17</sup>

As facções de traficantes de drogas, que normalmente entram em conflito com a polícia militar, também observaram o crescimento das milícias, muitas vezes disputando território. Juntamente com um aparato de segurança pública com uma dependência excessiva de incursões militarizadas, os grupos de tráfico de drogas contribuíram para a insegurança que beneficiou as milícias. No entanto, os discursos de vigilância e proteção da comunidade das milícias foram significativamente enfraquecidos, em parte devido às suas táticas publicamente violentas no início dos anos 2000, que pareceram<sup>18</sup> abalar seu relacionamento com os líderes políticos. Ainda assim, seu controle territorial urbano ainda é facilitado por agentes da lei e do Estado que ignoram ou até mesmo defendem seu domínio.<sup>19</sup>

No contexto de uma urbanização rápida e mal administrada, bem como do retrocesso do Estado durante as décadas de 1970 e 1980, a demanda não atendida por serviços, segurança e moradia impulsionou a crescente influência das milícias. Os moradores das comunidades dominadas pelas milícias são frequentemente “clientes” desses edifícios residenciais construídos ou administrados de forma ilícita. Os moradores dependem das milícias para o fornecimento de moradia e, ao mesmo tempo, vivem com medo de suas práticas violentas de governança, sem poder recorrer a órgãos estatais ou tribunais.

Este relatório se soma ao crescente corpo de pesquisas que documentam um desafio global ligado ao crime organizado no ambiente urbano, especialmente apreensões de terras e empreendimentos imobiliários não licenciados. Na África Subsaariana, onde as populações urbanas registram uma rápida expansão, as organizações criminosas – muitas vezes alinhadas com funcionários do Estado – podem alocar a mesma parcela de terra várias vezes, lucrando com as vendas, o aluguel e os serviços públicos extraídos dos moradores. Um estudo recente descreve a exploração da terra e dos direitos de propriedade em meio à rápida urbanização como “o tipo mais dominante de crime organizado nacional e transnacional na África”.<sup>20</sup> Além disso, as milícias brasileiras agem de forma que lembra as máfias da Itália, onde a corrupção nos escritórios de planejamento pode render grandes somas de dinheiro aos grupos criminosos. Aqui, “uma simples linha desenhada em um gráfico de planejamento pode determinar se um lote é ou não urbanizável, afetando exponencialmente seu valor”.<sup>21</sup>

As duas primeiras seções do relatório acompanham a trajetória das milícias do Rio e suas redes políticas locais, oferecendo um histórico do fenômeno das milícias, seguido de uma visão geral do envolvimento delas em crimes contra a terra urbana. O estudo analisa a apreensão, a construção e a ocupação de projetos do governo, como o Minha Casa, Minha Vida. Em seguida, nós examinamos as relações entre as milícias, o poder local e os moradores por meio de um estudo de caso do bairro de Campo Grande, na Zona Oeste, este último baseado no trabalho etnográfico em andamento realizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro desde 2016. O relatório é ainda informado por uma extensa revisão da literatura e da mídia local.



# VIOLÊNCIA E ORDEM SOCIAL: ORIGENS E SURGIMENTO DAS MILÍCIAS

**A** origem das milícias no Rio pode ser atribuída ao processo de urbanização do Rio de Janeiro que, desde os tempos áureos da cidade como capital do Brasil até 1960, prometia aos brasileiros um futuro próspero e modernizado.

Após a declaração de independência do Brasil e a criação da democracia constitucional em 1889, materializou-se um acordo entre as elites rurais da Zona Oeste do Rio de Janeiro, conhecidas como coronéis, ou nobreza fundiária, os governadores estaduais e o governo central. Nessas áreas rurais com jurisdições demarcadas por paróquias de igrejas jesuítas, os coronéis eram as autoridades locais. Apesar de operarem fora da burocracia política formal, os coronéis exerciam poderes auxiliares e subordinados, muitas vezes interligados à máquina oficial do Estado.<sup>22</sup> Isso permitiu que os coronéis controlassem as populações sem a interferência do governo central, muitas vezes empregando violência para dominar, influenciar a votação e proteger seus territórios.

Durante a década de 1930, o Grupo do Triângulo – uma coalizão de três coronéis da Zona Oeste – tornou-se uma força política significativa no Rio de Janeiro.<sup>23</sup> A coalizão criou redes eleitorais que solidificaram sua influência, muitas vezes usando posições administrativas concedidas a eles pelo estado central – como o controle de um matadouro e o fornecimento de carne para a cidade – para alavancar concessões políticas.<sup>24</sup> Apesar das alegações de má conduta, os coronéis tinham uma reputação positiva nas comunidades locais. Já os moradores do centro urbano aspiravam a uma cidade mais cosmopolita e progressista, uma visão que contrastava com a dos coronéis mais rurais e das comunidades agrícolas. Uma das principais reformas da época, a reforma Pereira Passos, buscou construir praças, expandir ruas, erradicar assentamentos de posseiros e criar saneamento básico no centro da cidade. A reforma também incluiu reformas eleitorais e reconfigurações de limites, o que diminuiu o poder dos coronéis rurais.

Na década de 1960, quando o Brasil enfrentou uma inflação alta e problemas com a cadeia de suprimentos de alimentos, como em muitos países, tumultos e saques eclodiram no Rio de Janeiro. Os empresários recrutaram esquadrões da morte e assassinos com vínculos policiais e militares para proteger seus negócios e restabelecer a ordem social. Isso foi grave na região metropolitana do Rio de Janeiro (que inclui a capital do estado e os municípios vizinhos), especialmente em uma área conhecida como Baixada





Vista parcial da Baixada Fluminense, uma área que sofreu grande violência nas décadas de 1970 e 1980.

© Vanderlei Almeida/AFP via Getty Images

Fluminense. Os atos de violência e controle social aumentaram durante as décadas de 1970 e 1980, depois que a ditadura militar assumiu o poder, e os “delinquentes” sociais e adversários políticos passaram a ser visados. Na Baixada Fluminense, os esquadrões da morte – de acordo com o sociólogo José Claudio Alves – mataram aproximadamente 3.000 pessoas por ano no final da década de 1980.<sup>25</sup>

Tenório Cavalcanti é um personagem infame na história da Baixada. Conhecido hoje como o “avô das milícias”, Cavalcanti cometeu execuções extrajudiciais durante seu mandato como deputado estadual e federal na década de 1950, usando uma metralhadora que apelidou de “lurdinha”.<sup>26</sup> Os esquadrões da morte prosperaram em alianças com empresas que os contratavam para fornecer segurança – um serviço baseado em execuções extrajudiciais e em um vibrante negócio de assassinatos por encomenda – na ausência de aplicação da lei pelo Estado.<sup>27</sup> Quando os grupos de tráfico de drogas, como o Comando Vermelho, se expandiram durante a década de 1990, esse serviço de segurança tornou-se cada vez mais uma base para os grupos paramilitares imporem sua ordem.

Na segunda metade do século XX, as tensões sociais coincidiram com um fluxo de migrantes urbanos do nordeste do Brasil em busca de trabalho manual e de construção. Esse período de expansão urbana ocorreu quando o Estado reduziu o nível de prestação de serviços durante a década de 1980, principalmente de desenvolvimento e serviços sociais, em favor do fornecimento de bens públicos pelo mercado. Cada vez mais, os moradores de áreas urbanas de baixa renda com infraestrutura e prestação de serviços precários foram forçados a criar soluções informais para enfrentar problemas como pobreza, desemprego e aumento da criminalidade.<sup>28</sup>

A mídia noticiou o surgimento de iniciativas de “autodefesa”, geralmente realizadas por policiais militares que residiam em bairros de baixa renda (como mostramos no quadro abaixo sobre Rio das Pedras). Com um eco dos esquadrões da morte da década de 1960, essas iniciativas eram geralmente justificadas por um discurso de “limpeza social”, incluindo a expulsão e, frequentemente, a morte de supostos “bandidos”. Isso era uma resposta à crescente ameaça dos grupos de traficantes de drogas, juntamente com a resposta sempre insuficiente das autoridades de segurança do estado.

No início dos anos 2000, houve um aumento geral da violência nas comunidades dominadas pelas milícias, à medida que elas aumentavam seu controle sobre as associações de moradores: importantes órgãos de governança local que administram os serviços e impostos dos moradores, particularmente úteis para processar a documentação necessária para a construção ilegal e a ocupação de terras em áreas protegidas.<sup>29</sup> O envolvimento das milícias na política evoluiu rapidamente do controle das associações de moradores para eleições diretas para assembleias locais e regionais.

O transporte público informal possibilitou a expansão territorial das milícias. Como os moradores se voltaram para soluções de transporte informal em face dos cortes nos serviços públicos de ônibus durante a década de 1980, os motoristas e as cooperativas de motoristas contrataram vigilantes locais para vigiar os pontos de coleta e andar dentro dos veículos.<sup>30</sup> Milícias que competiam por negócios em diferentes rotas de transporte deram origem a brigas frequentes pelo controle desse mercado lucrativo. De acordo com um promotor público citado no relatório final de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) organizada em 2007 pela Assembleia Legislativa do Estado, essa informalidade favoreceu a expansão das milícias.<sup>31</sup>

As milícias desenvolveram laços mais fortes com a política, aumentando suas conexões com as associações de moradores e usando seu controle territorial local para se aliar a determinados candidatos e apoiá-los. Isso é conhecido popularmente como curral eleitoral – uma área onde os candidatos não afiliados aos detentores do poder local são proibidos ou intimidados.<sup>32</sup> O relatório da CPI da Assembleia Legislativa disse que o processo evolutivo das milícias durante a primeira década dos anos 2000 envolveu uma mudança significativa: se antes elas faziam acordos com políticos, gradualmente seus líderes passaram a se tornar eles próprios políticos.<sup>33</sup>

A evolução das milícias para instituições criminosas mais estabelecidas ganhou maior destaque em maio de 2008, quando uma equipe de jornalistas disfarçados que investigava as milícias para o jornal local *O Dia* foi capturada e torturada por uma milícia local na comunidade do Batan, na zona oeste do Rio. O caso ganhou ampla atenção da imprensa nacional e internacional e desencadeou o lançamento da CPI.

Atualmente, a milícia não é um grupo unificado. Em nível local, ela opera por meio de um modelo de quase franquia com unidades locais operando com suas conexões com comunidades e políticos. Em nível municipal, essas subunidades se agrupam em torno de estruturas de milícia mais amplas, que são definidas geograficamente e por objetivos e *modus operandi* comuns. Em uma extremidade do espectro, algumas milícias operam com ideias “clássicas” de grupos de autodefesa e ordem social, opondo-se veementemente ao uso e ao tráfico de drogas e usando táticas militarizadas derivadas do treinamento nas forças policiais. Elas são altamente ligadas à polícia militar e às instituições do Estado. Na extremidade oposta, outras estruturas de milícia se fundiram com atividades locais e internacionais de tráfico de drogas e redes criminosas organizadas, operando com produtos falsificados e roubo de cargas. Muitos dos conflitos e assassinatos de líderes de milícias em áreas onde as milícias dominam se devem a batalhas entre diferentes facções sob o guarda-chuva das milícias.

Acredita-se que essa divisão ideológica tenha se originado quando vários membros importantes de uma milícia de Campo Grande, todos ex-policiais, foram presos no início da década de 2010. A liderança passou para Carlinhos Três Pontes, que já havia feito parte de uma organização de tráfico de drogas.<sup>34</sup> Acredita-se que essa foi a primeira vez que alguém sem histórico policial assumiu o comando de uma milícia local no Rio – possivelmente distanciando ainda mais o grupo de seu ethos

original de vigilante comunitário.<sup>35</sup> Atribui-se a Três Pontes a liderança de uma expansão da milícia de Campo Grande, fazendo pactos com organizações do tráfico de drogas e distanciando essa facção da polícia militar.<sup>36</sup> Três Pontes foi morto em 2017 durante uma operação policial e foi sucedido por seu irmão, Wellington da Silva Braga – conhecido como Ecko – que foi morto em 2021 em um tiroteio com a polícia.<sup>37</sup>

## Rio das Pedras



Vista aérea de Rio das Pedras. © Yasuyoshi Chiba/AFP via Getty Images

Uma das narrativas mais citadas sobre as milícias é a do surgimento de grupos de vigilantes durante a década de 1970: o bairro de classe média da Barra da Tijuca, na zona oeste, passou por um boom imobiliário, possibilitado em parte pelo grande número de migrantes urbanos das regiões nordestinas do Brasil em busca de emprego.<sup>38</sup> Atraídas pelas oportunidades de trabalho no setor de construção, as comunidades nordestinas existentes no Rio e os migrantes recém-chegados procuraram se estabelecer perto dos canteiros de obras. Muitos escolheram morar em Rio das Pedras, na época uma pequena comunidade. Esse assentamento surgiu de forma semelhante a outros em cidades do mundo em desenvolvimento: comunidades nordestinas construíram casas informalmente, ocupando áreas próximas a lagos em Jacarepaguá, muitas vezes sem documentação legal e sob frequente ameaça de despejo.<sup>39</sup>

A comunidade rapidamente se transformou em um assentamento densamente habitado, além das favelas espalhadas pela paisagem urbana. Quase nenhum serviço urbano essencial era fornecido pelo Estado, pois a comunidade foi construída por conta própria e não tinha planejamento formal. A necessidade de provisão de segurança veio à tona quando grupos de traficantes de drogas estavam surgindo de bandos de ex-detentos de uma prisão do sul do estado do Rio – dando origem ao grupo conhecido como Comando Vermelho, até hoje um dos mais poderosos no país. Isso mudou o submundo da venda de cocaína de uma estrutura artesanal e desorganizada para uma estrutura muito mais organizada e violenta. Ele persiste até hoje como uma organização criminoso particularmente violenta que busca operar em favelas e bairros informais e semiformais. Pouco tempo depois do início do boom imobiliário, alguns moradores de Rio das Pedras – muitos deles ligados à força policial e à associação de moradores – ganharam a reputação de usar violência para afirmar controle sobre a comunidade. Isso incluía o uso de uma peixeira – uma faca longa comumente usada no nordeste – para proteger seus amigos e vizinhos de “bandidos”.<sup>40</sup>

Os vigilantes comunitários de Rio das Pedras associavam a necessidade de fazer justiça com as próprias mãos à ameaça prevista das facções do tráfico.<sup>41</sup> Um morador antigo de Rio das Pedras descreveu para um jornal como o grupo de vigilantes – que tinha amplo apoio popular – tornou-se cada vez mais violento e fragmentado, resultando em assassinatos. Um dos primeiros líderes do movimento de autodefesa, conhecido como Octacílio, foi assassinado. Após sua morte e o vácuo de liderança que se seguiu, outros vigilantes se tornaram cada vez mais agressivos com os moradores e uns com os outros, fazendo acusações arbitrárias de que moradores eram “bandidos”, levando a ameaças, despejos e espancamentos.

O caso de Rio das Pedras tornou-se infame depois que o ex-prefeito César Maia elogiou os grupos de “autodefesa comunitária” em 2006, descrevendo-os como um “mal menor” em comparação com os grupos de traficantes de drogas. Eduardo Paes, que se tornou prefeito em 2008, elogiou as milícias em uma entrevista televisionada e sugeriu que elas ajudavam a combater os traficantes de drogas e a lidar com o crime. Esse sentimento ecoou na cultura popular quando as milícias foram popularizadas em uma das famosas novelas brasileiras da TV Globo em *Duas Caras*, que contava a história de uma milícia em uma favela fictícia onde o personagem Juvenal Antena protegia a comunidade da ameaça dos traficantes de drogas e da violência criminoso. ■



## PODER DA MILÍCIA SUBJACENTE: CONTROLE DE TERRAS URBANAS E IMÓVEIS

O controle do território urbano permitiu às milícias facilitar o crescimento urbano, infiltrar o mercado imobiliário e a construir novos complexos residenciais em vastas áreas do Rio de Janeiro – a segunda maior cidade de uma das maiores democracias do mundo.

Assim como no caso do fornecimento de segurança, transporte público “alternativo” e outros serviços, o envolvimento das milícias com terrenos urbanos e imóveis evoluiu ao fornecer formas informais de regulamentação do mercado em colaboração com o Estado, mas também no lugar dele, em áreas de rápida urbanização lideradas por populações de baixa renda atraídas pelo trabalho manual durante a segunda metade do século XX.

Entre 1950 e 2000, a população da Baixada Fluminense – um grupo de 13 cidades satélites ao norte e noroeste do Rio de Janeiro – cresceu 688%: de pouco mais de 400 mil para mais de três milhões.<sup>42</sup> O gerenciamento da urbanização durante essa expansão populacional proporcionou a alguns líderes políticos locais uma forte base clientelista de moradores locais que deviam ao líder local terras e a prestação de serviços, e não ao Estado ou às empresas reguladas por ele. Esses líderes eram às vezes chamados de padrinho, Deus ou dono.

Grande parte desse processo de urbanização tem sido informal ou semiformal, devido, em parte, aos altos custos e burocracia envolvidos na construção e financiamento formais de moradia. A consequente falta de segurança na posse da terra e na prestação de serviços é algo que os líderes locais influentes podem resolver por meio de contatos na política e nas burocracias estatais. Um sociólogo documentou como um padrinho em uma área controlada por uma milícia controlou o processo de formalização da posse da terra fazendo lobby junto a patronos políticos e órgãos estatais, reivindicando crédito por bens urbanos básicos, como pavimentação, iluminação e redes de esgoto.<sup>43</sup> Em troca, esse padrinho conseguiu formar uma equipe para a associação de moradores local e formar o que Araújo Silva chama de “rede política” que “ajudou a eleger muitos políticos”.<sup>44</sup>

O controle e a regularização de terras urbanas, seja por meio de processos formais de posse de terra reconhecidos pelo Estado ou de licenças forjadas por agentes da milícia, concedem aos grupos o poder de regular e lucrar com os serviços públicos associados e de serem seletivos em relação a quem concedem determinados direitos. Isso pode significar a punição ou o despejo de determinados moradores. Esse controle sobre o território físico, baseado no controle de terras e imóveis por meio de alianças estatais e força armada, é um elemento crucial do *modus operandi* das milícias e de sua capacidade de influenciar comportamentos e padrões de votação.

O controle de terras e moradias é um dos negócios mais lucrativos entre a ampla gama de setores ilícitos com os quais as milícias estão envolvidas, de acordo com promotores públicos locais.<sup>45</sup> Alguns prédios de apartamentos rendem mais de US\$ 900 mil em renda bruta para a organização criminosa responsável pela construção. Isso geralmente ocorre em terrenos ocupados ilegalmente, o que aumenta ainda mais o potencial de lucro.<sup>46</sup> Sua lucratividade se deve, em parte, aos “amigos influentes” das milícias, que lhes concedem impunidade e, portanto, margem de manobra para ocupar áreas de proteção ambiental ou histórica. Os edifícios não licenciados são erguidos e vendidos em condições precárias, como em áreas pantanosas e propensas a inundações, onde normalmente não seria permitida a construção de moradias formais.<sup>47</sup>

Um impacto mais letal do boom imobiliário liderado pelas milícias foi demonstrado em abril de 2019, quando dois prédios residenciais construídos sem licenças oficiais desabaram no bairro de Muzema, na zona oeste – uma área controlada pelas milícias – matando 24 pessoas.<sup>48</sup> Em junho de 2021, outro prédio irregular desabou em Rio das Pedras, matando duas pessoas.<sup>49</sup>

## Uma visão de dentro de uma comunidade de milicianos



**FIGURA 2** Comparação de imagens de satélite mostrando Muzema em 2003 (em cima) e 2023 (embaixo).

FONTE: Google Earth Pro: primeira foto em dezembro de 2003; segunda foto em outubro de 2023, 22°59'14.5 "S 43°19'51.5 "W

Há poucas dúvidas sobre o impacto negativo das milícias na governança formal do Estado e no acesso dos cidadãos às instituições democráticas. Para construir e manter seus interesses econômicos e políticos locais, as milícias coagem as comunidades que constroem ou controlam. Isso induz ao medo e à intimidação em bairros onde moradores dependem de serviços gerenciados por milícias, funcionários públicos aliados a milícias ou empresas afiliadas a milícias, inclusive onde pequenas empresas são tributadas sem acesso a alternativas ou à resolução de conflitos por tribunais independentes.

Uma ativista de uma das cidades da zona norte da região metropolitana do Rio descreveu a cadeia de transações econômicas ilícitas e as conexões políticas necessárias para que milícias ocupem e vendam terras e imóveis residenciais:

Um miliciano separou um terreno que tinha mangue e encheu de terra. O cara vende para pessoas pobres prometendo que vai transformar [a terra] nisso e naquilo. Houve relatos de que os compradores receberam Registro Geral de Imóveis [RGI], portanto surge um comércio ilegal de documentos e tivemos oficiais de cartório sendo presos por liberação ilegal de RGI. Então, o cara que comprou é pobre, mas comprou um imóvel por 15, 20 mil [reais] – o preço vai subindo com o tempo e ele paga em prestações. Mas como [o vendedor] vai receber os pagamentos? Então, eles criam uma associação de moradores, então os milicianos se instalam nessas associações.<sup>50</sup>

Esse trabalho compreende uma forma ambiciosa de governar e gerenciar comunidades urbanas inteiras, às vezes em áreas planejadas e construídas pelas milícias e seus parceiros comerciais. O controle dessa cadeia de construção e urbanização significa não apenas que as oportunidades de lucro se multiplicam – com cada etapa da cadeia oferecendo lucro – mas também que a milícia que controla a área exerce controle e influência sobre os serviços e os moradores. As milícias também prometeram entregar a posse da terra, ou a posse legal da terra, que às vezes é facilitada pelos contatos das milícias em agências estatais e posições políticas influentes. Isso usa a legislação que permite que os moradores de algumas áreas construídas informalmente regularizem suas moradias.

À medida que o ativista continua a falar sobre a cadeia de controle das milícias sobre o mercado imobiliário, fica mais clara a importância das conexões com as agências estatais:

[Os moradores] são pobres e continuam construindo sem planejamento, sem nada. Eles [separaram a área em] lotes e abriram ruas. Os milicianos foram os arquitetos dessas áreas, e [as milícias] também conseguem trazer algumas melhorias, como postes de luz. A associação de moradores recebe algumas taxas mensais, é um território controlado pela milícia. (...) As milícias instituíram uma rede de dependência com as populações pobres que, a princípio, não eram membros da milícia.<sup>51</sup>

O sucesso na obtenção de bens públicos, como iluminação pública e canais para transportar a água da chuva, é, de acordo com essa ativista, um sinal dos fortes vínculos das milícias com órgãos estatais e políticos influentes. Algumas das máquinas usadas para a construção dessas comunidades exibiam símbolos da prefeitura, apesar de as autoridades locais terem confirmado à ativista que não haviam autorizado esses projetos.

Esse processo também permite que a milícia dê nome às ruas, coloque placas e controle a entrega de correspondência por meio da associação de moradores, transformando essas áreas completamente desreguladas em áreas residenciais densamente povoadas. Mas uma diferença importante das comunidades dominadas pela milícia é que a construção e a “normalização” da vida urbana cotidiana são sustentadas por um forte senso de medo e dependência. A ativista descreve uma relação clientelista entre os membros da milícia e os habitantes locais, semelhante à relação de “padrinho” que sustentou os assentamentos informais de migrantes descritos na seção anterior. Os membros da milícia e os políticos locais ajudam alguns moradores a conseguir empregos, mas, de acordo com a ativista, esses empregos precisam ser “consolidados por meio de uma relação de lealdade” com o patrono político durante as eleições. É, continua a ativista, “quase uma relação feudal”.

## Urbanização às custas do meio ambiente

O boom imobiliário não regulamentado causa grande impacto no meio ambiente, especialmente nas áreas protegidas de floresta subtropical que sobreviveram ao processo de urbanização no Rio de Janeiro, marcado pela expansão das favelas sobre a natureza antes intocada. Muzema e Rio das Pedras, como tantas outras áreas de baixa renda da região metropolitana, surgiram como barracos não regulamentados na década de 1960.<sup>52</sup> Mas, na última década, sua expansão começou a invadir o vizinho Parque Nacional da Tijuca, com prédios irregulares erguendo-se dentro das áreas protegidas, apesar de várias visitas das autoridades locais para fechar os canteiros de obras.<sup>53</sup>

Durante uma operação recente para fechar o canteiro de obras, promotores públicos locais realizaram um estudo sobre os riscos para possíveis futuros moradores. Esses riscos incluem erosão e desestabilização das áreas montanhosas nas quais os edifícios estavam sendo erguidos, assoreamento e poluição dos rios por detritos e perda permanente de áreas florestais para um processo de urbanização não planejado.<sup>54</sup> Apesar dos riscos para a vida dos moradores e para as florestas tropicais da região, as tentativas dos promotores e das autoridades municipais de interromper esses projetos costumam ter efeitos apenas temporários; as obras costumam ser retomadas logo em seguida devido à impunidade e à proteção oferecidas pelas redes das milícias dentro da administração pública e dos órgãos legislativos locais.

Para suprir esse negócio imobiliário expansivo, as milícias do Rio assumiram o setor extremamente lucrativo, mas pouco conhecido, da mineração de areia,<sup>55</sup> com a demanda global do setor de construção urbana transformando a areia em um dos minerais mais extraídos do mundo.<sup>56</sup> No Rio, as facções de milícias se envolveram profundamente nessa atividade, com alguns processos de extração de areia usando barcos rudimentares para dragar as margens de pequenos lagos comuns nas áreas norte e oeste do Rio.<sup>57</sup> Essa atividade extrativista aumenta gradualmente os lagos e escava profundamente o lençol freático subterrâneo, poluindo, assoreando os rios e destruindo a vegetação ao redor dos lagos, muitas vezes em áreas protegidas.<sup>58</sup> A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro e a Polícia Civil realizaram recentemente uma operação contra a mineração ilegal de areia. Com isso, identificaram dois líderes de milícias rivais – e poderosos – envolvidos na atividade em cidades do noroeste da região metropolitana: a mineração em Itaguaí está ligada a um líder de milícia conhecido como “Tandera”, enquanto em Seropédica é liderada por um homem de 25 anos conhecido como “Tubarão”.<sup>59</sup> As cidades fazem parte da periferia da área metropolitana do Rio, mas a atividade de construção rápida e frequentemente ligada à milícia está causando um rápido processo de urbanização na região mais ampla, com danos significativos às áreas que ainda contêm vegetação.

A mudança climática está aumentando os riscos envolvidos nesse boom imobiliário agressivo e não regulamentado. A respeitada Fundação Oswaldo Cruz no Rio prevê que a área metropolitana é particularmente vulnerável a eventos climáticos extremos, incluindo chuvas intensas.<sup>60</sup> O Rio é uma cidade montanhosa, com o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor como exemplos famosos de atrações. No entanto, muitos outros morros foram ocupados por favelas, e esse é cada vez mais o caso, já que muitas das áreas florestais remanescentes próximas às áreas controladas pelas milícias no Rio estão localizadas em morros vulneráveis a deslizamentos de terra ou perto deles. Chuvas intensas são comuns durante certos meses de verão no Rio, geralmente no início do ano, e se tornaram mais comuns desde 2010, de acordo com as autoridades locais responsáveis por serviços de emergência.<sup>61</sup> Esses episódios causaram deslizamentos de terra em áreas residenciais, com 1.232 mortes entre 2011 e 2022.<sup>62</sup> Isso ocorre apesar do fato de o governo local ter uma fundação de renome mundial, a Fundação Instituto Geotécnico, para ajudar a prevenir e fornecer alertas antecipados de riscos de deslizamentos de terra.<sup>63</sup> O nexos entre as mudanças climáticas e o crescimento urbano agressivo liderado por milícias aumenta a vulnerabilidade das populações do Rio, principalmente as de baixa renda.





## CAMPO GRANDE

**C**omo um estudo de caso da dinâmica de governança das milícias, esta seção se concentra em Campo Grande, um grande bairro cujos padrões de desenvolvimento, gestão e uso da terra são essenciais para entender o crescimento das milícias.

Campo Grande é o maior bairro do Rio de Janeiro, uma vasta área geográfica de cerca de 120.000 quilômetros quadrados que abriga uma população estimada em 478.000 pessoas.<sup>64</sup> O bairro fica a aproximadamente 45 quilômetros das áreas centrais da cidade, com tempos de viagem em transporte público superiores a 90 minutos em cada sentido (sem congestionamento).

Campo Grande está atrás de outros bairros, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,792, comparado a 0,962 em Botafogo, no bairro da Zona Sul da cidade.<sup>65</sup> Além do transporte inadequado, outros problemas persistem, como a falta de infraestrutura, com apenas 30% do esgoto tratado.<sup>66</sup> Há também uma ausência de instituições de ensino superior, bem como uma força policial per capita desproporcionalmente subfinanciada. A presença de crimes contra a terra urbana reflete sua história e sua localização na Zona Oeste: uma ampla área geográfica de crescimento populacional mais recente na cidade do Rio, que desenvolve oportunidades para redes dispostas a lucrar com a apreensão de terras e imóveis.

Campo Grande é um bairro vibrante e diversificado, com uma história rica e um centro comercial movimentado. De acordo com a Associação Empresarial de Campo Grande, aproximadamente 250.000 pedestres passam diariamente por sua área central, onde o comércio evolui a partir de sua tradição como um centro comercial entre regiões urbanas e rurais. Antes de seu rápido crescimento populacional em meados do século XX, recebia carnes e grãos de fazendas vizinhas, enquanto suas usinas de açúcar e laranjais abasteciam o centro do Rio com produtos. Desde então, suas principais expansões de mercado estão ligadas ao crescimento populacional do bairro e da cidade como um todo. Campo Grande é uma importante área comercial, onde novos mercados se expandiram, redes se desenvolveram e por onde circulam suprimentos de alimentos e outros tipos de comércio.



Vista de Campo Grande.

© Wikimedia Commons

## Identities regionais em Campo Grande: Negligência e a busca por autonomia

A política local e a dinâmica comunitária em Campo Grande são moldadas pela precariedade e vulnerabilidade, pelo acesso limitado aos recursos do Estado e por uma trajetória desigual de desenvolvimento urbano. Essas condições moldam a vida cotidiana, independentemente do status socioeconômico dos moradores. Na periferia de Campo Grande, por exemplo, os moradores se contentam com os recursos disponíveis. Catarina,<sup>67</sup> moradora da Comunidade A, falou sobre os desafios enfrentados por muitas mulheres de sua comunidade que tinham empregos domésticos em residências abastadas da Zona Sul, enfrentando trajetos exaustivos de três horas de ida e volta. Catarina explicou que acorda às 4h da manhã e volta depois de escurecer, tudo isso por algumas horas de trabalho.

No entanto, os moradores locais acreditam que os desafios enfrentados por Campo Grande decorrem predominantemente das ações dos governos municipal e estadual que operam à distância do centro da cidade. Muitos moradores se orgulham do bairro e compartilham uma identidade comum e um desejo de melhorar as condições de vida por lá.<sup>68</sup> Ao mesmo tempo, querem proteger seu modo de vida contra um cenário político em transformação, que eles temem que possa perturbar sua rotina. Incorporada a essas comunidades, a milícia representa um senso de consistência e segurança alinhado com políticas mais conservadoras, muitas vezes intimamente ligadas à igreja evangélica.

Um consenso emergente entre as elites econômicas de Campo Grande é a aspiração a um status de município independente para a região. Reconhecer a importância da identidade da Zona Oeste e o desejo dos moradores de determinarem seu próprio desenvolvimento é fundamental para entender o surgimento e o poder das milícias. Ao parecerem garantir essa identidade regional em nome dos moradores da Zona Oeste, as milícias ajudam parcialmente a facilitar a independência econômica lá, ao mesmo tempo em que protegem os valores que definem a vida de muitos na região.

## Moradia, populações locais e milícias

O uso da terra e a moradia provaram ser um dos principais mercados por meio dos quais as milícias surgiram e evoluíram. Durante a segunda metade do século XX, a rápida urbanização fez com que vastas áreas de terra fossem divididas e vendidas em mercados formais e informais. À medida que o papel do governo na provisão de moradias diminuía durante o período de privatização e redução do Estado na década de 1980, surgiram a necessidade e a demanda por governança e gerenciamento da distribuição de terras. Os donos

locais, conhecidos mais tarde como milícias, intermediavam informalmente e faziam a intermediação dessas situações.

Pelo menos três processos-chave de terra e moradia demonstram essa dinâmica nas periferias de Campo Grande. O primeiro é a ocupação de terras com novas comunidades. A Comunidade A, fundada em 1996 na periferia de Campo Grande, foi facilitada por uma milícia local. O grupo divulgou informações sobre a ocupação de um pedaço de floresta coberto de vegetação e em desuso, especificando a data e a hora em que os interessados deveriam estar lá. Equipadas com ferramentas e equipamentos de proteção, as famílias se reuniram no horário combinado e passaram dias limpando a área. As milícias apoiaram as famílias e forneceram alguns materiais de construção. Uma moradora disse: “Eles tomaram a terra e a deram a pessoas pobres como eu. [...] E depois cuidaram das pessoas que pagavam o aluguel ou que não tinham outro lugar para morar”.<sup>69</sup>

Outra moradora explicou como a milícia lhe garantiu que suas ações eram legalmente permitidas. Ele disse a ela: ‘podemos construir nossas casas aqui [...] É uma ocupação. Não estamos ‘invadindo’. Não estamos roubando nada de ninguém porque é nosso [...] se é do governo, então é nosso... Então, quando eles [eventualmente] vierem, pagaremos o que tivermos que pagar, e então é isso, acabou”.<sup>70</sup>

As milícias demarcaram lotes de terra e mediarão disputas ocasionais entre os novos residentes sobre os limites de suas propriedades, muitas vezes atuando como mediadores de conflitos entre os residentes. Por meio de suas conexões políticas e estatais e da compreensão da linguagem burocrática, as milícias também ajudaram os moradores a navegar pelos processos necessários para regularizar a terra. No entanto, mais de trinta anos após a ocupação das terras, esses processos continuam em andamento, destacando a falta de incentivo para resolver os dilemas dos moradores. Fazer isso removeria parte da influência e do poder da milícia sobre a comunidade.

O segundo processo envolve a construção de complexos residenciais modernos e blocos de apartamentos. Ao lado da Comunidade A, está surgindo um enclave de casas e apartamentos, voltado principalmente para moradores de classe média que procuram um ambiente verde e mais espaço. Nesse local, a Comunidade B está atualmente em desenvolvimento. No entanto, ela tem vista para um parque estadual protegido, com materiais promocionais de marketing mostrando casas modernas, paraísos recreativos, piscinas e uma entrada fechada, com equipe de segurança uniformizada, em um cenário pitoresco de floresta tropical.

No entanto, a terra em que esses empreendimentos estão sendo construídos faz parte do parque protegido, o que levanta sérias preocupações de conservação. Equipamentos mecânicos e escavadeiras já alteraram um terreno onde a Mata Atlântica já prosperou. As milícias têm um papel ativo nos empreendimentos de construção e promoção, participando da aquisição de terras, materiais, mão de obra e apoio financeiro. Apesar de moradores locais registrarem reclamações junto às autoridades estaduais,<sup>71</sup> houve esforços limitados para impedir o avanço ilegal dessas atividades de construção.

A terceira é a gestão local do programa habitacional do governo federal Minha Casa, Minha Vida. Nas mesmas regiões das Comunidades A e B, as milícias estabeleceram controle sob os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida. Mesmo antes de os moradores se mudarem, as milícias demonstraram sua reivindicação sobre o território instalando vigias no canteiro de obras e formando pactos com as construtoras.<sup>72</sup> Além de regular a segurança e as atividades econômicas dentro do complexo, surgiram casos de fraude em que as milícias usam violência para obrigar os proprietários com direitos legais a desocuparem suas casas.<sup>73</sup> Essas propriedades são então vendidas informalmente, com anúncios nos sites locais de classificados on-line ou em papéis colados em postes de luz.

## Poder, consolidação e influência

Além de gerar lucros com empreendimentos habitacionais nas comunidades onde têm as formas mais diretas e coercitivas de controle, as milícias também investem em diversas propriedades comerciais. Esse reinvestimento estratégico envolve a aquisição de várias empresas por parte das milícias, como padarias, farmácias e supermercados, bem como o financiamento de eventos locais, como shows e festividades anuais de carnaval. Um promotor explica como o capital é direcionado:

Os lucros são alocados para funcionários, operadores nas ruas e membros da milícia, com uma parte destinada a campanhas políticas, corrupção e manipulação judicial e legislativa. O excedente é reservado para enriquecimento pessoal deles, metodicamente lavado por meio de intermediários que emprestam seus nomes para criar a ilusão de propriedade. Esses representantes, muitas vezes chamados de laranjas ou lavadores de dinheiro, estendem sua influência até mesmo a áreas como arte e pecuária. Após as deduções, uma grande proporção dos ganhos líquidos vai para seus cofres. A meta final continua sendo enriquecimento próprio, um objetivo que eles sem dúvida alcançam.



Apartamentos do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

© Ricardo Moraes via Reuters

Outro aspecto dessa estratégia é exemplificado pela construção de *polos*, centros de negócios de varejo e hospitalidade que reúnem a comunidade. Essa estratégia serve a vários propósitos, incluindo expansão territorial e lavagem de dinheiro. O processo de lavagem de dinheiro envolve a canalização de fundos ilícitos para empresas legítimas. Ao entrelaçar seu capital ganho ilegalmente com esses empreendimentos, eles ofuscam as origens de seus fundos e evitam a detecção. Os lucros acumulados geralmente são canalizados para investimentos estrategicamente direcionados a áreas de complexidade política ou oportunidades econômicas e sociais, como o bairro de classe média da Barra da Tijuca.

Isso envolve uma complexa rede de manipulação financeira, em que os lucros são divididos entre diferentes canais para garantir o enriquecimento individual e evitar o escrutínio. Ao mesmo tempo, os fundos são direcionados para a aquisição de projetos legislativos, que ajudam a consolidar o poder das milícias. O que sobra é canalizado para as contas pessoais de milicianos de alto escalão. Táticas complexas de lavagem de dinheiro envolvem a compra de bens como condomínios à beira-mar, carros de luxo, barcos, propriedades comerciais, obras de arte, gado e o uso de pagamentos em dinheiro para financiar eventos de entretenimento com artistas famosos. Essa estratégia ajuda as milícias a ocultar o processo de lavagem.<sup>74</sup>

Embora geralmente vivam diariamente em suas comunidades locais, muitos milicianos possuem propriedades em diferentes locais, protegidas pelo uso de pseudônimos. Isso garante o controle territorial e o anonimato, com laranjas (intermediários ou espantalhos) gerenciando as finanças e garantindo que as origens do dinheiro ilícito não possam ser rastreadas. Um promotor estadual explicou que os laranjas geralmente são membros da família ou amigos próximos para limitar a suspeita das autoridades financeiras, a maioria das quais está em nível federal e é menos suscetível à influência das milícias.

Essa rede de lavagem de dinheiro é fundamental para a expansão, influência e riqueza das milícias. A análise dos dados financeiros e dos títulos de propriedade nos arquivos da CPI corrobora esse fato, com evidências de policiais civis e militares comprando condomínios de luxo na Barra da Tijuca e até mesmo no popular resort de férias de Búzios, com renda insuficiente para isso.<sup>75</sup> Rodrigo, um policial militar e morador de Campo Grande, ressalta que esses investimentos são simbólicos e demonstram como os representantes marginalizados têm sido capazes de reivindicar riqueza por meio da mobilidade ascendente: “A Barra é para os emergentes, já foi pobre e ficou rica. Não é onde os ricos sempre moraram, os que sempre foram ricos moram em Ipanema, Leblon, São Conrado [...]. Mas não na Barra... A Barra é onde quem era pobre, começou a ganhar dinheiro, ficou rico e se mudou.

No contexto da expansão urbana, do desenvolvimento e por meio de seus investimentos em áreas ricas, as milícias também incorporam essa mentalidade de oprimido, não apenas para lavar e garantir sua riqueza pessoal, mas para consolidar influência territorial e política.

## **Conflitos entre o Estado, as milícias e os moradores**

Esses processos são possíveis com o apoio tácito ou a negação plausível de funcionários do Estado, burocratas e atores políticos. Dentro dessas redes, as milícias atuam como intermediárias entre o Estado, a sociedade civil e os grupos de moradores. Devido, em parte, ao seu acesso aos meios de violência, elas desempenham um papel poderoso que permite que elas, seus associados e suas redes ajudem a moldar políticas públicas e diretrizes.

Na subprefeitura de Campo Grande, por exemplo, burocratas e políticos ligados à milícia há muito tempo exercem influência sobre a implementação de políticas locais. Notavelmente, a Secretaria Estadual de Habitação – juntamente com muitos outros departamentos do governo – é composta por indivíduos ligados à milícia, como Alex, o filho de um importante assassino e miliciano. Alex pode determinar o foco das atividades do departamento, por exemplo, onde monitorar e aplicar políticas contra formas ilícitas de construção.<sup>76</sup> Assim como outras figuras ligadas à milícia, Alex usa sua posição oficial para exercer pressão sobre os moradores, participando de reuniões da associação de moradores para influenciar os resultados das decisões sobre moradia e terra para que se alinhem aos seus interesses. Como explicou um morador: “todos nós sabíamos que eles eram assassinos, então [ao participar de nossas reuniões de moradores] eles sabiam que isso nos assustaria”.<sup>77</sup>

Os membros do conselho eleitos com o apoio da milícia estão envolvidos em uma complexa rede de reciprocidade, obrigados a promover os interesses da milícia em troca de seu apoio. Essa troca de favores se estende a questões como alvarás de construção, infraestrutura e projetos de construção, muitas vezes envolvendo propriedades irregulares sob controle da milícia. Um promotor descreveu isso como uma “relação simbiótica em que o apoio mútuo depende do avanço de objetivos compartilhados”.

Porém, como as milícias dependem de economias políticas locais para obter recursos, receitas e apoio político, sua sobrevivência a longo prazo também depende do desenvolvimento sustentável e do bem-estar dos residentes da comunidade que elas governam. Um relato de um morador da comunidade revelou o delicado equilíbrio entre vida e morte:

Ele [o miliciano] começou a me contar como me conhecia... cara, fiquei chocado. Ele era um dos assassinos que [havia participado de nossas reuniões de moradores]. [...] Ele disse 'lembra quando o João estava lá, bem no meio de vocês? Bem, nós não os deixamos falar... Estou vendo que você não me reconhece. Eu era uma das pessoas que estavam lá... e só não matamos você porque concluímos que você não estava interferindo em nada. Para ganharmos dinheiro, precisamos que os residentes permaneçam, os residentes têm de estar morando lá. Se todo mundo sair da área, não há motivo para ficarmos... que motivo eu tenho?

Esse trecho de entrevista destaca o delicado equilíbrio entre vida e morte, entre valor e inutilidade e entre os interesses da comunidade e a sobrevivência da milícia.



## CONCLUSÃO: MILÍCIAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

**A** dinâmica das milícias está inserida no desenvolvimento urbano de regiões marginalizadas do Rio de Janeiro. Essas dinâmicas ajudam a entender as funções e os fatores que impulsionam as atividades das milícias – além das explicações convencionais e focadas nas dimensões de segurança pública, criminalidade e violência a serem tratadas pela aplicação da lei.

Embora as milícias tenham desenvolvido estruturas armadas e empreendimentos econômicos ilícitos semelhantes às organizações criminosas mais “clássicas”, como as facções de tráfico de drogas, seu poder historicamente deriva principalmente da exploração das necessidades não atendidas de áreas urbanas vastas e em contínua expansão. Uma de suas principais economias ilícitas, como demonstra esse estudo, está centrada em um mercado imobiliário e de terras urbanas crescente e pouco regulamentado. Ao alavancar suas conexões com o Estado – outra diferença fundamental em relação às facções de tráfico de drogas – elas conseguiram deslocar famílias, expandir áreas urbanas, criar novas comunidades e moldar parcialmente o processo de urbanização em uma das maiores cidades do mundo.

Considerar as milícias como uma questão de segurança pública é apenas uma peça do quebra-cabeça. Este estudo argumenta que é essencial entender as milícias por meio da política de urbanismo e não apenas da questão da violência pública. As milícias desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento urbano – nesse caso, por meio da expansão de moradias e da construção de comunidades – atuando como intermediárias entre Estado, mercados e populações. Elas fazem a intermediação entre processos políticos, sociais e econômicos complexos e a rápida expansão urbana em regiões marginais onde o Estado não monopolizou o uso da violência. Nesses espaços, o Estado frequentemente leiloa “direitos de violência”<sup>78</sup> para milícias que intervêm e gerenciam serviços que são mal administrados pelo governo, como (frequentemente) educação, saúde, serviços sociais, posse de terra, direitos de propriedade e moradia.

O amplo envolvimento das milícias com o Estado dificulta o processo de recuperação da autoridade do Estado, especialmente quando as milícias acumulam poder político em uma área. Isso é exacerbado pela mentalidade de muitos moradores e funcionários públicos, que apresentam esses grupos armados como um “mal menor”. Consequentemente, autoridades estatais, políticos e vozes influentes nem sempre são motivados a denunciar e combater as milícias.

Não há soluções fáceis para os formuladores de políticas públicas, tanto em termos de intervenções de segurança ou medidas para expandir a economia formal em áreas de milícia. Ainda assim, há maneiras de abordar gradualmente as questões estruturais que envolvem a expansão urbana e a habitação. A ex-diretora do Ministério Federal das Cidades do Brasil, Júnia Santa Rosa, responsável pela administração nacional do projeto Minha Casa, Minha Vida durante o governo de Dilma Rousseff, descreveu um dos desafios enfrentados pela administração do programa: “Quando você entra em um território com muitas forças [ou seja, atores políticos], esse programa também tem que lidar com esse conjunto de forças.”<sup>79</sup>

Essas “forças” não se limitam apenas a grupos criminosos informais que disputam o poder, mas a diferentes camadas de políticas e interesses. Santa Rosa continua: “Do ponto de vista da gestão [do programa] sobre o território, a conversa é complexa, porque os atores são diversos. As concessionárias estão com o governo estadual. A questão da aprovação de terras e da política social está nas mãos dos municípios. A questão da mobilidade: isso está nas mãos [do estado], com as concessionárias de ônibus, porque a maioria dessas áreas está nas fronteiras metropolitanas, nas franjas metropolitanas.”<sup>80</sup>

Compreender a natureza integrada das milícias dentro desse complexo arranjo de instituições (muitas vezes conflitantes) – formais e informais – pode ajudar tanto planejadores urbanos quanto formuladores de políticas nacionais a adotarem uma estratégia mais holística e prática e a abordarem o desenvolvimento urbano desigual e a violência. Portanto, as políticas para promover a segurança pública e o desenvolvimento social no Brasil devem ter como alvo simultâneo a negligência do Estado em áreas importantes, bem como as ligações entre o Estado e o crime em outras.

Há pelo menos duas áreas que precisam ser mais exploradas no pensamento político, conforme discutido abaixo.

## **Seguir em frente implica em um acerto de contas com o passado**

Devemos confrontar uma compreensão histórica das milícias não apenas como ameaças à segurança pública, mas como parte de estruturas locais que oferecem alternativas de governança e segurança. Essas alternativas podem ser predatórias, violentas e ocorrer em áreas urbanas em que a presença do Estado é limitada ou contida. É preciso abordar a questão mais tácita: a dependência histórica do Estado em relação às milícias para gerenciar e governar espaços periféricos.

Para garantir os resultados desejados da futura política urbana em regiões dominadas por milícias e para reduzir o risco de cooptação das intervenções, uma análise abrangente do poder deve embasar a elaboração de políticas. Isso deve incluir formas de poder formais e informais, legais e ilegais, lícitas e ilícitas, para refletir com precisão as funções sociais, econômicas e políticas das milícias. Isso não precisa legitimar essas formas de governança para o futuro, mas sim investigar e mapear as várias tramas ilícitas como um meio para atingir um fim: elaborar políticas melhores e mais eficazes.

Além disso, os formuladores de políticas de habitação e desenvolvimento territorial – em nível local e nacional – devem abordar as práticas informais e semiformais de habitação que as milícias têm influenciado historicamente. Esse esforço deve ir além do reconhecimento em nível superficial, como motivos de lucro e autoenriquecimento; ele deve compreender os fatores subjacentes que impulsionam essa dinâmica, incluindo a distribuição desigual de moradias sociais e as dificuldades para se conseguir financiamento.



## Piloto de uma força-tarefa de governança em vários níveis

Considerando que as milícias exploram as contradições entre os níveis formais de governança, propomos a criação de uma força-tarefa de governança em vários níveis. Essa força-tarefa deve trabalhar para alinhar as agendas políticas, promover a cooperação entre os diferentes níveis de governo e se concentrar (pelo menos inicialmente) em uma área urbana específica. A composição da força-tarefa, com a participação de autoridades locais, estaduais e nacionais, refletiria a natureza interligada das áreas de políticas públicas envolvidas, como segurança pública (especialmente policiamento), combate à corrupção, habitação e infraestrutura pública. Isso também ajudaria a criar capital político suficiente para superar a oposição local de atores políticos relutantes. O objetivo principal deve ser dismantlar as estruturas das milícias, interromper suas fontes de receita e substituí-las por alternativas apoiadas pelas comunidades locais. Uma iniciativa como essa reflete os riscos que as milícias representam para a sociedade brasileira, especificamente para: segurança, desenvolvimento urbano, confiança no Estado e processos democráticos.

As milícias são um fenômeno político e social que não será resolvido apenas por meio de políticas e estratégias estatais. Entretanto, algumas medidas de curto e médio prazo podem minimizar seus efeitos. Os principais componentes da força-tarefa devem incluir:

- **Governança coordenada:** A força-tarefa deve começar com o desenvolvimento de uma estratégia que envolva múltiplas áreas de políticas públicas (habitação, planejamento urbano, posse da terra, policiamento e melhoria da infraestrutura). O objetivo deve ser elaborar mudanças nas políticas públicas para reduzir e desalojar gradualmente as estruturas de milícia das áreas urbanas, oferecendo alternativas realistas governadas pelo Estado.
- **Capacitação e compartilhamento de conhecimento:** É fundamental abordar as lacunas de capacidade institucional e técnica em todos os níveis para garantir o gerenciamento das dimensões sociais e técnicas do contexto. Uma área particularmente importante é a do policiamento, considerando os numerosos e duradouros casos de alianças entre policiais e milícias e o papel da violência na expansão das milícias. Uma mudança na abordagem deve envolver estratégias especiais de policiamento para permitir formas de aplicação da lei orientadas para a comunidade e para os problemas. Embora tenham sido feitos esforços notáveis nesse sentido no Rio, com as famosas Unidades de Polícia Pacificadora (com graus de sucesso variados e contestados), apenas uma das delegacias estava localizada em uma comunidade controlada por milícias.
- **Enfrentar o desalinhamento político:** Embora o sucesso final dependa do alinhamento político e das relações intergovernamentais, a força-tarefa poderia promover a colaboração entre os diferentes níveis de governança e trabalhar em prol de um consenso técnico interpolítico, especialmente em políticas públicas em que a autoridade federal é significativa, como o Minha Casa, Minha Vida.
- **Liderança da Casa Civil:** A Casa Civil federal – um departamento em nível ministerial do governo federal que funciona como o escritório do chefe de gabinete do presidente – está bem posicionada para liderar essa iniciativa, especialmente sob a atual liderança do governo Lula. Isso se deve à sua ampla competência em políticas que envolvem diferentes ministérios. Ele deve priorizar a construção de confiança entre as partes interessadas e convidar apenas participantes sem afiliação com milícias.
- **Redistribuição de recursos e investimentos:** Um piloto deve incluir esforços estratégicos para combater as desigualdades em todas as questões de desenvolvimento social local. Isso significa infraestrutura pública de fornecimento de eletricidade e água, estradas, ruas, iluminação, entrega de correspondência e outras provisões básicas para a vida urbana. A força-tarefa também monitoraria – possivelmente por meio de fornecedores aprovados – a prestação de serviços públicos para garantir sua imparcialidade e transparência, especialmente (mas não exclusivamente) em relação ao policiamento. Serviços como telecomunicações e fornecimento de Internet tornaram-se áreas importantes de atividade de milícia, que têm prejudicado os fornecedores legais. Um melhor monitoramento e a aplicação da lei na prestação de serviços podem ajudar a reafirmar a autoridade do Estado e a construir sua legitimidade perante a população.

## NOTAS

- 1 Leda Antunes, Minha casa perto do fim?, UOL, 24 de novembro de 2019, <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#cover>.
- 2 Governo corta 98% dos recursos do Orçamento para novo Minha Casa Minha Vida, UOL, 23 de abril de 2021, <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm>.
- 3 Leandro Prazeres, Rafael Moro Martins e Carolina Farias (n.d), O pesadelo da casa própria, UOL, <https://www.uol.com.br/noticias/especiais/o-pesadelo-da-casa-propria.htm#um-drama-de-dimensoes-desconhecidas>.
- 4 Rafael Soares, Caso Marielle: submetralhadora usada para matar vereadora é arma incomum no mundo do crime, *O Globo*, 20 de agosto de 2023, <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/08/20/caso-marielle-submetralhadora-usada-para-matar-vereadora-e-arma-incomum-no-mundo-do-crime.ghtml>.
- 5 Daniel Veloso Hirata et al, *The expansion of militias in Rio de Janeiro: Political and economic advantages*, *Journal of Illicit Economies and Development*, 4, 3, 3 dezembro 2022.
- 6 Ana Luiza Albuquerque, Denúncias de construções irregulares pelas milícias quintuplicam em quatro anos no Rio, *Folha de São Paulo*, 22 de junho de 2021, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/denuncias-de-construcoes-irregulares-pelas-milicias-quintuplicam-em-quatro-anos-no-rio.shtml>.
- 7 Daniel Veloso Hirata et al, A expansão das milícias no rio de janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados, Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos e Observatório das Metrôpoles, janeiro de 2021, 33, [https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll\\_expansao\\_milicias\\_RJ\\_v1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_v1.pdf).
- 8 Nicholas Pope, *Brokering an urban frontier: Milícias, violence, and Rio de Janeiro's West Zone*, tese de doutorado, SOAS University of London, 2020.
- 9 Larissa Ventura, Em 2021, mais de 70% dos casos de feminicídio no Rio foram na Zona Oeste, *Diário do Rio*, 7 de agosto de 2021, <https://diariodorio.com/em-2021-mais-de-70-dos-casos-de-feminicidio-no-rio-foram-na-zona-oeste/>.
- 10 Camila Zarur, Rio tem um desaparecido a cada 90 minutos; mais da metade dos registros é em área de milícia, *Folha de São Paulo*, 31 de agosto de 2023, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/rio-tem-um-desaparecido-a-cada-1-hora-e-meia-mais-da-metade-dos-registros-e-em-area-de-milicia.shtml>.
- 11 Ignacio Cano, Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas milícias no Rio de Janeiro, em Ignacio Cano e Carolina Iooty (orgs.), *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*, Justiça Global, junho de 2008.
- 12 Leandro Benmergui e Rafael Soares Gonçalves, Urbanismo Miliciano no Rio de Janeiro, *NACLA Report on the Americas*, 51, 4, 2019.
- 13 Luiz César Queiroz Ribeiro e Orlando Alves Santos Junior, Desafios da questão urbana, Observatório das Metrôpoles, 28 de abril de 2011, <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desafios-da-questao-urbana-texto-na-integra/>.
- 14 Guillermo O'Donnell, *On the state, development, and some conceptual problems: A Latin American view with some glances at some post-communist countries*, *World Development*, 21, 1993.
- 15 As milícias do Rio de Janeiro foram descritas dessa forma por Nicholas Pope, *Militias going rogue: Social dilemmas and coercive brokerage in Rio de Janeiro's urban frontier*, *Journal of International Development*, 2023. Isso se baseia no trabalho de Francisco Gutierrez Sanín, que usou o termo para descrever os paramilitares na Colômbia em seu livro *Clientelistic Warfare: Paramilitaries and the State in Colombia (1982-2007)*, Peter Lang Verlag, 2019.
- 16 Rafael Soares, Invasões do crime organizado no 'Minha casa, minha vida' se alastram por 24 cidades do Rio, *Extra*, 28 de março de 2021, <https://extra.globo.com/casos-de-policia/>

- invasoes-do-crime-organizado-no-minha-casa-minha-vida-se-alastram-por-24-cidades-do-rio-24944296.html.
- 17 Gustavo Prieto, Milicianos não usam máscara, Ana Fani Alessandri Carlos, (ed.), COVID-19 e a crise urbana, USP, 2020, 58, [https://geografia.fflch.usp.br/sites/geografia.fflch.usp.br/files/Covid\\_19\\_e\\_a\\_Crise\\_Urbana\\_v7.pdf#page=57](https://geografia.fflch.usp.br/sites/geografia.fflch.usp.br/files/Covid_19_e_a_Crise_Urbana_v7.pdf#page=57).
  - 18 Nicholas Pope, *Brokering an urban frontier: Milícias, violence, and Rio de Janeiro's West Zone* (tese de doutorado), SOAS University of London, 2020.
  - 19 Daniel Veloso Hirata et al, *The expansion of Milícias in Rio de Janeiro: Political and economic advantages*, *Journal of Illicit Economies and Development*, dezembro de 2022.
  - 20 Eric Scheye, *Heart of Africa's organised crime: Land, property and urbanisation*, ENACT, maio de 2019, pp. 2-5.
  - 21 Francesco Chiodelli, *The illicit side of urban development: Corruption and organised crime in the field of urban planning*, *Urban Studies*, 56, 8, (2019), 1622.
  - 22 P. Singelmann, *Political structure and social banditry in northeast Brazil*, *Journal of Latin American Studies*, 1975, 59-83.
  - 23 A. Freire, C. E. Sarmento e M. S. D. Motta, *O Rio de Janeiro em três perfis: trajetórias individuais e o campo político carioca*, F. G. V. Editora, 2004.
  - 24 M. de Moraes Ferreira, M, *Rio de Janeiro: uma cidade na história*, F. G. V. Editora, 2015.
  - 25 Ibid.
  - 26 Fabio Leon, Tenório Cavalcanti, o 'avô' das milícias, *Ponte*, 1 de julho de 2019, <https://ponte.org/tenorio-cavalcanti-o-avo-das-milicias/>.
  - 27 José Claudio Souza Alves, Milícias: Mudanças na Economia Política do Crime no Rio de Janeiro, em Ignacio Cano e Carolina looty (orgs), *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*, Heinrich Boll, junho de 2008, 35, [https://br.boell.org/sites/default/files/relatorio\\_milicias11.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/relatorio_milicias11.pdf).
  - 28 Alexandra Abello-Colak e Valeria Guarneros-Meza, *The role of criminal actors in local governance*, *Urban Studies*, 51, 15, 2014.
  - 29 Leslie Leitão et al, Major da PM e mais 4 são presos em operação contra milícia que age em grilagem de terras no RJ, G1, 22 de janeiro de 2019, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/22/operacao-mira-grilagem-de-terras-pela-milicia-na-zona-oeste-do-rio.ghml>.
  - 30 Nicholas Pope, *Brokering an urban frontier: Milícias, violence, and Rio de Janeiro's West Zone*, tese de doutorado, SOAS University of London, 2020, p. 169.
  - 31 Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro, 2008, 41, <https://www.marcelofreixo.com.br/cpi-das-milicias>.
  - 32 Vera Araújo e Chico Otávio, Rio tem 300 currais eleitorais do tráfico ou milícia, *O Globo*, 9 de setembro de 2018, <https://oglobo.globo.com/politica/rio-tem-300-currais-eleitorais-do-traffic-ou-milicia-23052750>.
  - 33 Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro, 2008, 42, <https://www.marcelofreixo.com.br/cpi-das-milicias>.
  - 34 Marcela Lemos, Como Liga da Justiça se transformou no Bonde do Zinho, maior milícia do RJ, UOL, 26 de agosto de 2022, <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/08/26/como-liga-da-justica-se-transformou-no-bonde-do-zinho-maior-milicia-no-rj.htm>.
  - 35 Ibid.
  - 36 Ibid.
  - 37 Ibid.
  - 38 Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro, 2008, 42, <https://www.marcelofreixo.com.br/cpi-das-milicias>.
  - 39 Elenilce Bottari, Como Rio das Pedras virou sede do Escritório do Crime, *O Globo*, 28 de janeiro de 2019, <https://oglobo.globo.com/epoca/como-rio-das-pedras-virou-sede-do-escritorio-do-crime-23398750>.
  - 40 Ibid.
  - 41 Arthur Leal, O nascimento da milícia em Rio das Pedras, pela visão de um morador, *O Globo*, 25 de julho de 2019, <https://oglobo.globo.com/epoca/rio/o-nascimento-da-milicia-em-rio-das-pedras-pela-visao-de-um-morador-23831103>.
  - 42 Enderson Albuquerque, O adensamento populacional da baixada fluminense a partir dos loteamentos: a construção de uma periferia, *GeoPUC - Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio*, 13, 24, janeiro-julho de 2020, 152, <http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v13n24a7%20-%20Albuquerque,%20E.pdf>.
  - 43 Marcella de Araujo Silva, *Houses, tranquility and progressing an área de milícia*, *Vibrant: Antropologia Virtual Brasileira*, 14, 3, 10-11.
  - 44 Ibid, 10-11.
  - 45 Ben-Hur Correia, Força-tarefa derruba oito construções irregulares da milícia na Muzema, G1, 22 de dezembro de 2021, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/22/forca-tarefa-construcoes-irregulares-da-milicia-na-muzema.ghml>.
  - 46 Rafael Soares, Milícia fatura R\$ 4 milhões por prédios na região de Rio das Pedras, *O Globo*, 6 de junho de 2021, <https://oglobo.globo.com/rio/milicia-fatura-4-milhoes-por-predios-na-regiao-de-rio-das-pedras-2-25048933>.
  - 47 Entrevista com ativista, região metropolitana do Rio de Janeiro, 15 de março de 2021.
  - 48 Muzema, dominada pela milícia, virou paraíso das construções irregulares, *Extra*, 19 de janeiro de 2022, <https://extra.globo.com/casos-de-policia/muzema-dominada-pela-milicia-virou-paraíso-das-construcoes-irregulares-25360314.html>.

- 49 Rafael Soares, Milícia fatura R\$ 4 milhões por prédios na região de Rio das Pedras, O Globo, 6 de junho de 2021, <https://oglobo.globo.com/rio/milicia-fatura-4-milhoes-por-predios-na-regiao-de-rio-das-pedras-2-25048933>.
- 50 Entrevista com ativista, região metropolitana do Rio de Janeiro, 15 de março de 2021.
- 51 Ibid.
- 52 Muzema, dominada pela milícia, virou paraíso das construções irregulares, *Extra*, 19 de janeiro de 2022, <https://extra.globo.com/casos-de-policia/muzema-dominada-pela-milicia-viceu-paraiso-das-construcoes-irregulares-25360314.html>.
- 53 Genílson Araújo, Prefeitura e MPRJ demolem construções irregulares na região do Parque Nacional da Tijuca, G1, 26 de maio de 2022, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/26/prefeitura-e-mprj-demolem-construcoes-irregulares-na-regiao-do-parque-nacional-da-tijuca.ghtml>.
- 54 Luiza Franco, Como a milícia ameaça as matas do Rio de Janeiro, BBC News Brasil, 20 de setembro de 2019, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49642625>.
- 55 Frank Müller, *The politics of urban sand in Rio de Janeiro*, *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, 10 de fevereiro de 2021, <https://polarjournal.org/2021/02/10/the-politics-of-urban-sand-in-rio-de-janeiro/>.
- 56 Marco Hernandez, Simon Scarr e Katy Daigle, *The messy business of sand mining explained*, Reuters, 18 de fevereiro de 2021, <https://www.reuters.com/graphics/GLOBAL-ENVIRONMENT/SAND/ygdpzkyavw>.
- 57 Gustavo Silva, Milícia do RJ busca domínio de cadeia do crime e investe em áreas, *Veja*, 26 de abril de 2023, <https://veja.abril.com.br/brasil/milicia-do-rj-busca-dominio-de-cadeia-do-crime-e-investe-em-areas>.
- 58 Luiza Franco, Como a milícia ameaça as matas do Rio de Janeiro, BBC News Brasil, 20 de setembro de 2019, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49642625>.
- 59 Jefferson Monteiro e Rafael Nascimento, Operação mira extração de areia pelas maiores milícias do RJ, G1, 26 de abril de 2023, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/26/operacao-mira-extracao-de-areia-pelas-maiores-milicias-do-rj.ghtml>.
- 60 Instituto Oswaldo Cruz, Fiocruz mapeia vulnerabilidade do Rio de Janeiro frente às mudanças climáticas, Fiocruz, 8 de agosto de 2013, <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-mapeia-vulnerabilidade-do-rio-de-janeiro-frente-mudancas-climaticas>.
- 61 Emergência climática: estudo mostra aumento de chuvas muito fortes no Rio, *Veja Rio*, 9 de junho de 2023, <https://vejario.abril.com.br/cidade/emergencia-climatica-estudo-aumento-chuvas-fortes-rio>.
- 62 Felipe Lucena, Em 11 anos, Rio de Janeiro teve mais de mil mortes em meio às fortes chuvas, *Diário do Rio*, 8 de abril de 2022, <https://diariodorio.com/em-11-anos-rio-de-janeiro-teve-mais-de-mil-mortes-por-consequencia-das-chuvas/>.
- 63 Leandro Benmergui e Rafael Soares Gonçalves, *Rio de Janeiro: Storms, militia, and urban development*, *Metropolitics*, 8 November 2019, <https://metropolitics.org/Rio-de-Janeiro-Storms-Militia-and-Urban-Development.html>.
- 64 Os dados do último censo de 2010 registram 328 370. No entanto, a Associação Empresarial de Campo Grande observou o crescimento populacional desde então, estimando uma população de 478.000 habitantes em 2018, quando o diretor, Guilherme Leite, foi entrevistado.
- 65 Os dados mais recentes disponíveis são do IBGE, Censo Demográfico, 2010.
- 66 Entrevista com Guilherme Leite, diretor da Associação Comercial de Campo Grande, maio de 2017.
- 67 Todos os nomes são pseudônimos.
- 68 Entrevista com um promotor estadual, abril de 2017.
- 69 Entrevista com um morador, março de 2017.
- 70 Ibid.
- 71 Reclamações semelhantes foram relatadas em outros lugares; consulte Anita Prado e Guilherme Peixoto, Moradores de Campo Grande denunciam que, apesar de interdição, obra avança dentro de parque, G1, *Globo*, 19 de julho de 2021, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/19/moradores-de-campo-grande-denunciam-construcoes-irregulares-em-area-de-protecao-ambiental-que-havia-sido-interditada.ghtml>.
- 72 Entrevista com um morador do empreendimento Minha Casa, Minha Vida, junho de 2016.
- 73 Editores, Bandidos expulsam beneficiados do 'Minha Casa, Minha Vida' de imóveis, G1 *Fantástico*, 6 de abril de 2014, <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/04/bandidos-expulsam-beneficiados-do-minha-casa-minha-vida-de-imoveis.html>.
- 74 Entrevista com o promotor público de Santa Cruz, outubro de 2017.
- 75 Evidências de arquivo da ALERJ, Fundo ALERJI 02, Série 2 000-2, Comissões temporárias (Código P4483) - 2.146 Milícias.
- 76 Entrevista com um morador, setembro de 2016.
- 77 Entrevista com um morador, maio de 2017.
- 78 C. Cramer, *Peace work: labour markets, work and violence*, Nova York: Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano, PNUD, 2015.
- 79 Entrevista com Júnia Santa Rosa, ex-diretora do Ministério das Cidades, 4 de abril de 2016.
- 80 Ibid.



**GLOBAL  
INITIATIVE**  
AGAINST TRANSNATIONAL  
ORGANIZED CRIME

SOBRE A GLOBAL INITIATIVE

A Global Initiative Against Transnational Organized Crime (Iniciativa Global Contra o Crime Organizado Transnacional) consiste em uma rede global que integra mais de 600 peritos em rede por todo o mundo. A Global Initiative proporciona uma plataforma para promover maior debate e abordagens inovadoras que sirvam de alicerces para uma estratégia global inclusiva contra o crime organizado.

[www.globalinitiative.net](http://www.globalinitiative.net)